



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA,
DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL
(Criada pela Lei Municipal nº 2.886/18)



Ofício nº 110/2026

Aguai, 30 de abril de 2026.

Do Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Social e Patrimonial do Município de Aguai.

A Ilma Sr^a. Agente de Contratação / Pregoeira.

Assunto: Pregão Eletrônico (Suspensão)

Ref.: Pregão Eletrônico nº 029/2025 – Processo Administrativo nº 219/2025 – Processo SEI nº 3500303.401.00000373/2025-21.

Ilustríssima Senhora Pregoeira,

1. A presente Justificativa Técnica tem por finalidade fundamentar a necessidade de **Suspensão Temporária do Pregão Eletrônico nº 029/2025**, cujo objeto consiste na “Contratação do serviço de empresa especializada no fornecimento de sistema de imagens CFTV com transmissão por intranet e central de monitoramento com fornecimento de todos os equipamentos necessários para o pleno funcionamento do sistema, na forma comodato, com responsabilidades de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva” vinculados à **Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Social e Patrimonial**. A medida visa assegurar a integridade do certame, a fidedignidade do valor estimado e a observância aos princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Identificador	Dados do Processo
Processo Administrativo	nº 219/2025
Processo SEI	nº 3500303.401.00000373/2025-21
Modalidade	Pregão Eletrônico nº 029/2025
Requerente	Anderson Rodrigo Marques Moura – Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Social e Patrimonial

2. O processo administrativo em epígrafe foi instaurado no exercício de 2025, visando atender à demanda crítica de segurança pública e monitoramento preventivo nas áreas de interesse da segurança da cidade de Aguai. Após a fase de planejamento, que incluiu a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR), procedeu-se à pesquisa de preços de mercado para a composição do valor estimado da contratação. O Edital foi devidamente publicado, com a sessão pública agendada para ocorrer no dia 11 de maio de 2026. Contudo, em



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA,
DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL
(Criada pela Lei Municipal nº 2.886/18)



sede de revisão de conformidade realizada por essa secretaria, identificou-se que os orçamentos que serviram de base para a Grade de Preços e para a fixação do valor máximo aceitável foram coletados há mais de 180 (cento e oitenta) dias, perdendo sua validade técnica e jurídica frente à realidade volátil do mercado de tecnologia.

3. O mercado de soluções de videomonitoramento é caracterizado por uma dependência direta de componentes eletrônicos importados (semicondutores, sensores ópticos e unidades de armazenamento), cujos preços são intrinsecamente ligados à variação cambial e aos custos logísticos internacionais. No período compreendido entre a coleta inicial dos preços e a presente data, o setor apresentou oscilações significativas decorrentes de atualizações tecnológicas e variações nos insumos de produção. A manutenção de um preço estimado baseado em cotações expiradas há mais de seis meses ignora a depreciação ou valorização dos ativos tecnológicos, bem como a alteração nas margens de lucro praticadas pelos fornecedores. No contexto de videomonitoramento, que envolve não apenas hardware, mas também licenças de software e serviços de instalação, a defasagem de preços pode comprometer a execução contratual futura.

4. As boas práticas de governança em contratações públicas, corroboradas pelos órgãos de controle externo, estabelecem que a pesquisa de preços deve refletir, com a maior precisão possível, o valor de mercado no momento da licitação. Cotações com prazo superior a 180 dias são consideradas precárias, pois não garantem que a Administração esteja licitando por valores exequíveis ou que não esteja incorrendo em sobrepreço.

5. A fundamentação central para a suspensão e revisão do processo encontra-se na **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especificamente no que tange ao dever de estimativa precisa de custos:

"Art. 23. O valor estimado da contratação será definido com base no melhor preço aferido mediante utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não: [...] IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos tenham sido obtidos com antecedência máxima de 6 (seis) meses em relação à data de divulgação do edital."

O dispositivo legal é claro ao estabelecer o marco temporal de **6 (seis) meses** como limite para a validade das cotações diretas com fornecedores. Ao ultrapassar este prazo, a Administração Pública descumpre um requisito de validade do ato convocatório, viciando a fase externa do certame por ausência de base orçamentária fidedigna.

Ademais, o *Princípio da Seleção da Proposta mais Vantajosa* impõe que o valor de referência seja realista. Se o preço estimado estiver abaixo do mercado, a licitação restará deserta; se estiver acima, haverá prejuízo ao erário. A atualização é, portanto, um dever vinculado do gestor público para garantir a eficiência da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA,
DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL
(Criada pela Lei Municipal nº 2.886/18)



6. A continuidade do **Pregão Eletrônico nº 029/2025** sem a devida atualização da Grade de Preços expõe a Prefeitura Municipal a riscos críticos e desnecessários, tais como:

a) **Licitação Deserta ou Fracassada:** Caso os preços de mercado tenham subido acima do valor estimado defasado, as empresas do setor não apresentarão propostas, resultando em perda de tempo administrativo e atraso na implementação do sistema de segurança.

b) **Sobrepço e Prejuízo ao Erário:** Na hipótese de queda nos preços de determinados componentes tecnológicos, a Administração poderá contratar por valores superiores aos praticados atualmente, configurando dano ao patrimônio público.

c) **Reequilíbrio Econômico-Financeiro Precoces:** Caso uma empresa vença o certame com base em preços defasados, poderá pleitear o reequilíbrio contratual logo após a assinatura do contrato, alegando a variação de custos ocorrida entre a cotação e a contratação, o que gera instabilidade jurídica e orçamentária.

d) **Apontamentos pelos Órgãos de Controle:** O descumprimento do Art. 23, IV da Lei 14.133/2021 sujeita os responsáveis a sanções e multas por parte do Tribunal de Contas, dada a nulidade potencial do procedimento.

7. Diante do exposto, este Secretário conclui que a manutenção do certame nos moldes atuais representa um risco elevado à eficácia da contratação e à legalidade do processo administrativo. A expiração do prazo de 180 dias das cotações que lastreiam o valor estimado é vício que deve ser sanado antes da abertura da sessão pública.

8. DETERMINO:

- a) A **suspensão imediata** do Pregão Eletrônico nº 029/2025;
- b) O retorno dos autos à fase de planejamento para a realização de **nova pesquisa de preços**, em estrita observância ao Art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- c) A elaboração de nova **Grade de Preços** e, se necessário, o ajuste da disponibilidade orçamentária;
- d) A posterior **republicação do Edital** com a abertura de novos prazos legais, garantindo a ampla competitividade e a segurança jurídica do negócio público.

ANDERSON RODRIGO MARQUES MOURA

Secretário Municipal de Segurança Pública,
Defesa Social e Patrimonial de Aguai

À Ilma Sr^a.

FRANCIELE RODRIGUES LUCIANO MARTINS

Agente de Contratação / Pregoeira da Prefeitura Municipal de Aguai /SP